

A APROPUC está publicando na internet um texto de abaixo assinado que reivindica revisão dos critérios utilizados no recredenciamento docente da PUC-SP.

Até o final desta edição já eram contabilizados aproximadamente 300 apoios aos professores ameaçados pelo processo de recredenciamento do setor de pós-graduação que rebaixa professores extremamente qualificados, mas que não cumprem as determinações do ato 03/2014.

A entidade "defende a revisão dos critérios utilizados no atual processo de recredenciamento da PUC-SP, e a imediata revogação do artigo 20, parágrafo 3º, do Ato 03/2014, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, por distorcer o sentido de ava-

## APROPUC LANÇA ABAIXO ASSINADO PELA REVISÃO DOS CRITÉRIOS DO RECREDECENCIAMENTO

liação e por praticar injustiça contra professores qualificados". Por outro lado a APROPUC acredita ser

fundamental a construção de um processo de avaliação contínuo, dinâmico e democrático, construído

pelo conjunto de professores e seu pares, garantindo particularidades dos respectivos cursos, nas diversas áreas de saber.

As adesões ao abaixo assinado podem ser feitas no endereço eletrônico [http://www.avaaz.org/po/petition/Reitoria\\_da\\_PUCSP\\_Revisao\\_dos\\_criterios\\_utilizados\\_no\\_recredenciamento\\_docente\\_da\\_PUCSP/?cMGBNab](http://www.avaaz.org/po/petition/Reitoria_da_PUCSP_Revisao_dos_criterios_utilizados_no_recredenciamento_docente_da_PUCSP/?cMGBNab).

Nesta edição publicamos um texto da professora Leila Blass, da Faculdade de Ciências Sociais, também atingida pelo ato da Pró-Reitoria, e mais solidariedades de outros professores.

Também reproduzimos um artigo do professor Pablo Ortellado sobre a insanidade das atuais avaliações docentes.

## A solidariedade aos docentes penalizados

"Os professores do Departamento de Arte, conhecedores de sua trajetória interna e externa à PUC-SP, vêm reafirmar o que tantos colegas já enfatizaram com referência ao descredenciamento do professor Miguel Chaia do Programa de Pós Graduação: INDIGNAÇÃO.

A avaliação da produção intelectual deve merecer outro olhar. Sabemos que os programas estão subordinados à legislação superior, mas o uso dos critérios não pode se sobrepor às evidências da realidade. Se há desajustes, em nossa visão, deve ser na forma de levantamento dos dados e não na avaliação de sua competência.

(...) Reconhecemos sua participação como estimulador, pensador crítico, ativo colaborador nas diferentes esferas da atividade artística no Brasil. É sempre com orgulho 'puqueano' que acompanhamos sua trajetória."

**Professores do Departamento**

**de Arte (Faficla)**

"É com imensa preocupação que avaliamos o descredenciamento parcial de sete professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, especialmente do professor Miguel Chaia que, por meio de carta que terminou por se tornar pública, detalhou sua importante produção cultural no período recente.

O professor Chaia realiza, há mais de três décadas, importantíssimas atividades de docência, pesquisa e extensão, construindo uma história intelectual que se confunde com a da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, inclusive com o referido Programa de Pós-Graduação. Suas atividades de pesquisador, contribuindo decisivamente para a formação de inúmeros cientistas, alguns dos quais atuam no PEPGCS; o brilhantismo com que contribuiu para que a EDUC seja uma editora universitária plural, criativa e de imenso prestígio; a qualidade dos textos

que escreve; suas intervenções em diversas atividades culturais fora da PUC-SP, mas que também engrandecem esta universidade; tudo isso expressa uma produtividade (para usarmos o refrão do momento) que não é necessariamente menor do que a publicação de três artigos anuais em revistas Qualis A1 ou A2, ao menos no campo das Ciências Sociais.

Não somos, em hipótese alguma, favoráveis à condescendência com quem não leva a sério o trabalho acadêmico. Mas a irrelevância das realizações do professor Miguel Chaia para os critérios de avaliação que se impõem não o desqualifica. Ao contrário, depõe contra estes critérios, expressando o quanto são

contraproducentes ao se transformarem nos únicos ou predominantemente adotados.

Tais critérios, quando apresentados como o suprassumo da meritocracia, contribuem para ocultar o contrário do que alardeiam: a competição desenfreada em um ambiente que, dada a extrema escassez de recursos, necessariamente produzirá "perdedores", indivíduos ou instituições, por melhor que seja a produção cultural, incluindo-se aí as mencionadas atividades de pesquisa, docência e extensão. Não por acaso, em diversas universidades, muitos dos que aderem a

continua na próxima página

**MANIFESTE O SE APOIO AOS PROFESSORES  
PENALIZADOS PELA PUC-SP  
ACESSE**

[https://secure.avaaz.org/po/petition/Reitoria\\_da\\_PUCSP\\_Revisao\\_dos\\_criterios\\_utilizados\\_no\\_recredenciamento\\_docente\\_da\\_PUCSP/?IMGBNab&pv=0](https://secure.avaaz.org/po/petition/Reitoria_da_PUCSP_Revisao_dos_criterios_utilizados_no_recredenciamento_docente_da_PUCSP/?IMGBNab&pv=0)

continuação da página anterior

este fundamentalismo do quantitativo já expressam desinteresse pela publicação de livros e orientação de pesquisas de iniciação científica.

O que ocorre com o professor Miguel Chaia, a quem prestamos solidariedade, só é um fato isolado devido à saudável coragem que teve para se rebelar contra a distorção que o atingiu. Até neste caso ele se demonstra altamente produtivo.

Eis um ótimo alerta para a necessidade urgente de uma discussão democrática e séria sobre a adoção de parâmetros rigorosos e pluralistas de avaliação no mundo acadêmico brasileiro".

#### **Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)**

Aproveitando a sugestão da Coord PEPGSC de "recolocar termos, racionalidade e fatos" no debate a respeito do processo de avaliação docente gostaria, se possível, de um esclarecimento. Os professores que estão em chefias e/ou coordenações também foram avaliados? Levando em consideração que a "igualdade na aplicação da norma" foi um dos princípios adotados pela Coord

PEPGSC, acredito que é simplesmente inevitável fazer algum tipo de comparação entre os pares. Tomei como exemplo a produção do prof Dr Edison Nunes, coordenador do programa de Ciências Sociais, e membro da comissão de avaliação, e a produção do prof Miguel Chaia um dos professores que foram "realocados como colaboradores" para o triênio (2013-2015)

Prof Dr Edison Nunes - <http://lattes.cnpq.br/1157257309836852> um (1) capítulo de livro; um (1) texto de jornal de notícias/revistas prof Dr Miguel Chaia. <http://lattes.cnpq.br/8837677035969446> um (1) capítulo de livro; um (1) artigo completo publicado em periódico, 5 trabalhos completos publicados em anais de congressos, sendo tres (3) em Congressos Internacionais e dois (2) em Congressos Nacionais

Concordando plenamente com a manifestação da Coord PEPGSC de que o processo de reconhecimento deve ser "transparente, dialogado e republicano" aguardo esclarecimentos.

**Reginaldo Mattar Nasser**

Endereço para acessar CV: <http://lattes.cnpq.br/0717133384261187> - Chefe do Departamento de Relações Internacionais

da PUC(SP) e prof do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e Puc-SP)

Perante este equivocado metro do "produtivismo acadêmico" que só produz uma aviltada e abrupta queda da reflexão intelectual (não só neste país), lá vai minha adesão ao manifesto.

**Adone Agnolin**

"Estoy de acuerdo con el manifesto de apoyo al colega Miguel Chaia, porque considero que la introducción de políticas de productividad en la docencia e investigación en la Universidad Pública y Privada distorsiona toda la esencia de la academia relacionada con un alto nivel de enseñanza y de investigación. En cuanto a la investigación, los investigadores necesitamos tiempo -años- para producir un libro importante que implique aportes decisivos en las Ciencias Sociales y las Humanidades. Necesitamos programas de investigación y no máquinas de elaboración de artículos. Toda mi solidaridad."

**Dr. Alberto Rocha Valencia,**

Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades da Universidad de Guadalajara

"Fui durante 35 anos profes-

sora da PUC-SP, e neste período participei durante 16 anos da reitoria em diferentes gestões na área Comunitária. E tive o prazer de acompanhar o excelente e primoroso trabalho do Prof. Miguel Chaia em diferentes situações. Assino com prazer e honra este manifesto, número 81."

**Maria Celina Cabrera Nasser**

"Sem delongas, solidarizo-me com sua indignação, marcada pela 'leveza', contra seu descredenciamento no Pós em Ciências Sociais. Também partilho minha perplexidade sobre 'como isso foi acontecer a um professor tão produtivo?'.

Bom, há milhares de considerações a fazer acerca de uma medida tão desenxabida e fora de propósito que atinge a você e também a cada um de nós. Sim, nossa PUC-SP está sem projeto, a ruína avança.

Entretanto, sua reação e a dos colegas - que espero dê um chega-prá-lá nessa demolição da criatividade - mostra que, lutando, ainda estamos vivos.

Por enquanto, só quero deixar meu abraço a um colega/amigo, professor e editor (hoje é Dia do Livro!), e dizer que seu ânimo sempre nos inspirou."

**Jorge Claudio Ribeiro -**

**Professor da Faculdade de Ciências Sociais**

## A fábrica de papers

**Pablo Ortellado**

A organização do trabalho na universidade está passando por uma profunda modificação: ela não é mais voltada para a realização de pesquisas exemplares que disputem o reconhecimento dos pares, mas para a conquista de metas de produtividade que gerem reconhecimento credencial das instituições de avaliação.

A universidade se parece cada vez menos com um colegiado aristocrático de cientistas desinteressados e cada vez mais com uma fábrica de papers: uma fábrica povoada de operários obedientes.

O resultado desta mudança de perfil organizacional não é apenas burocratização e aceleração do trabalho - ela também gera uma profunda corrupção do sistema de comunicação científica.

### Um mercado concorrencial de papers

A pesquisa universitária se constituiu modernamente segundo o modelo do colegiado aristocrático de cientistas desinteressados - pesquisadores que, emancipados da lógica econômica, podiam ociosamente investigar o mundo. Para isso foram criados os sistemas de estabilidade (as cátedras e os tenures) e independência acadêmicas (autonomia de pesquisa) que simulavam as condições sociais da pesquisa aristocrática do século XVIII. Embora houvesse algo de anacrônico neste modelo, ele parece ter se ajustado bem às estruturas capitalistas modernas até o fim do boom científico posterior à segunda guerra mundial. No entanto, junto com a crise do estado de bem-estar, a

"excepcionalidade" organizacional da ciência foi posta em xeque. Não há ainda consenso sobre o que causou essa mudança. Dardot e Laval, num artigo célebre, atribuem essa mudança ao neoliberalismo - que não consistiria na simples desregulamentação econômica, mas na ampliação da lógica da competição de mercado para todas as esferas da vida. Uma outra explicação para o fenômeno seria a emergência da economia do conhecimento que teria aproximado as formas de organização da empresa capitalista e da universidade num processo que Steven Vallas e Daniel Kleinman chamaram de "convergência assimétrica".

Seja qual for a explicação, o princípio orientador da mudança em curso faz a universidade operar como se fosse uma fábrica produzindo para um mercado concor-

rencial. Apesar de não ser uma organização econômica e não vender papers, a universidade passa a ser pensada no modelo input (trabalho humano)/ output (papers e patentes) e se orientar por metas objetivas e crescentes de produtividade. Quando os propositores do modelo são chamados a se explicar, geralmente expressam dois tipos de preocupação: por um lado, diminuir a ociosidade e aumentar a "intensidade" da atividade científica (chamada, sem meias palavras, de "produtividade") e, por outro, aperfeiçoar os processos de avaliação administrativa fornecendo parâmetros objetivos de mensuração do sucesso.

O objetivo da revolução gerencial na universidade parece ser o de laborizar a atividade cientí-

continua na próxima página

continuação da página anterior

fica, submetendo-a a padrões de gestão empresarial. Mas por que o modelo econômico-gerencial deveria ser adequado para gerir a ciência? Em outras palavras, precisamos, os cientistas, ser menos "ociosos" e ter padrões "quantitativos" de administração e controle?

### O quantitativo e o qualitativo

Ao introduzir indicadores quantitativos para controlar o trabalho científico, o modelo econômico-gerencial enfrenta uma dificuldade: os resultados da pesquisa científica não têm uma dimensão quantitativa inerente cuja relevância seja suficiente para a avaliação. O único critério quantitativo imediato é o número de artigos produzidos. No entanto, esse indicador isolado é muito impreciso, já que os papers variam em qualidade. O que faz então é incorporar e quantificar a avaliação qualitativa do sistema de publicação por pares das revistas científicas: presumindo que a avaliação da qualidade foi feita pelas revistas científicas, passa-se a quantificar o número de artigos publicados em revistas com revisão por pares. Mas esse novo indicador ainda é impreciso já que os periódicos diferem em rigor de avaliação. Por isso, são utilizados critérios adicionais como os de fator de impacto (a quantidade média de vezes que um artigo de uma determinada revista é citado) para ponderar o valor da publicação em cada revista. Ainda para evitar imprecisões, o sistema restringe a comparação da avaliação apenas para um mesmo campo científico. O resultado é um sistema de pontos onde cada artigo é ponderado por um fator relativo à importância da revista. Gera-se assim uma pontuação que permite hierarquizar todos os cientistas de um campo científico de acordo com a sua "produtividade": quanto mais artigos se publica em revistas importantes, mais produtivo se é. Essa pontuação fornece parâmetros objetivos para todas as necessidades de seleção do sistema de administração da ciência: a contratação, a

promoção na carreira e a distribuição das verbas de pesquisa.

Embora evidentemente facilite a administração científica, ao baseá-la em indicadores, o sistema de avaliação científica econômico-gerencial tem pressupostos de duvidosa razoabilidade. Poucos cientistas considerariam razoável comparar e hierarquizar quantitativamente dois artigos sérios de pares de duas sub-áreas distintas - por exemplo, um artigo de sociologia da religião e um artigo de sociologia do trabalho. Que tipo de critério não arbitrário permitiria definir qual artigo é "melhor" e ainda por cima quantificar esse grau de superioridade qualitativa? Ao hierarquizar as revistas e conceder a elas pontos distintos, a avaliação faz justamente isso: diz que um artigo publicado na revista A é "1,7 vezes melhor" que um artigo publicado na revista B, independente do seu conteúdo. Diz também que uma pesquisa que gera quatro artigos é "duas vezes melhor" que uma pesquisa que gera apenas dois.

Uma vez explicitados os fundamentos lógicos do sistema de avaliação, eles parecem simplesmente absurdos.

### Corrupção da comunicação científica

Ao publicar as regras, o sistema de avaliação estimula os cientistas a competirem entre si para maximizar as chances de publicação nas melhores revistas, criando um mercado concorrencial. Em tese, esta competição levaria os melhores cientistas a terem seus papers mais frequentemente aceitos pelas melhores publicações. No entanto, o resultado é uma disputa por produção de indicadores e não pela qualidade dos artigos. Se forem atores racionais orientados para maximizar os seus interesses de serem contratados, subirem na carreira e aumentarem suas verbas de pesquisa, os cientistas não priorizarão fazer pesquisas de qualidade, mas gerar o maior número de papers com potencial de serem aceitos em revistas bem avaliadas.

É justamente o desacordo entre os dois objetivos que leva à corrupção do sistema de comunicação científica. Quando a ciência se orientava para a disputa por reputação, os cientistas se empenhavam em realizar

pesquisas exemplares que impressionassem o julgamento qualitativo dos pares. Com o sistema de avaliação econômico-gerencial esse objetivo é subordinado ao de atender os indicadores de produtividade de pesquisa. Isso não apenas faz com um tempo excessivo seja dedicado às estratégias de publicação, como estimula e legitima práticas de comunicação corrompidas: publicar o mesmo argumento em artigos diferentes; apresentar uma mesma ideia em partes, publicadas em diferentes artigos; publicar ideias imaturas ainda que em revistas com menor rigor de seleção; co-assinar artigos nos quais a colaboração foi apenas pontual; etc.

Num sistema concorrencial com avaliação puramente quantitativa e regras publicizadas, o purismo de se abster destas práticas corrompidas é apenas moralismo antieconômico. Do ponto de vista sistêmico, o recurso às práticas corrompidas está disponível a todos - bons e maus cientistas - e cabe apenas aos bons se aproveitar mais das oportunidades do que os maus.

Mas esse ainda não é o problema principal. O conjunto do sistema de comunicação científica se desarticula com a disseminação destas práticas. Como o sistema premia o número de artigos publicados, o resultado é um inchaço do número de artigos que faz multiplicar a irrelevância, a repetição e a fragmentação. Torna-se assim cada vez mais difícil encontrar o artigo importante no meio do oceano de papers irrelevantes, redundantes e parciais que nunca deveriam ter sido publicados. Em muitas áreas consolidadas, a quantidade de artigos é tamanha que já não é mais possível fazer uma revisão bibliográfica completa. A situação chegou a um ponto tão crítico que um recente estudo encomendado por gestores de importantes universidades americanas comparou o processo a uma "corrida armamentista" e recomendou com urgência a adoção de políticas de "publicação responsável".

A avaliação econômico-gerencial não consegue de maneira apropriada separar a boa da má pesquisa, é incapaz de hierarquizar os cientistas de um mesmo campo e submete os

pesquisadores a um regime de produção acelerado e orientado para a publicação de artigos supérfluos. Ela coloca os cientistas na condição de operários e os gestores na condição de patrões impiedosos.

A comunidade científica, no entanto, tem muitas vezes resistido a essas investidas contra os seus valores e práticas tradicionais de uma maneira negativa. Isso permite que os gestores assumam a cômoda posição de dizer que o modelo econômico-gerencial é o único modelo de avaliação disponível e que os opositores a ele não dispõem de um paradigma que seja operacional. Com o crescimento do sistema universitário e o aumento da pressão social pelo controle dos gastos com a ciência há uma urgente necessidade de um modelo de avaliação que permita a supervisão pública e critérios de distribuição dos recursos.

Por isso, precisamos desenvolver um sistema de avaliação que esteja de acordo com os nossos valores: que seja democraticamente construído e acordado; que seja fundamentalmente qualitativo e realizado por pares; que avalie os ciclos de pesquisa, respeitando a sazonalidade da divulgação dos resultados; que compreenda o valor das diferentes modalidades de publicação (relatórios técnicos, livros, apresentações em congressos etc.); que tenha parâmetros internos às diferentes áreas; que compreenda as particularidades das novas áreas (que não têm departamentos e programas, nem revistas e congressos) e das áreas interdisciplinares (cujos resultados são apresentados e publicados em campos de pesquisa diferentes).

Reunir essas preocupações num sistema de avaliação viável não parece um objetivo inexecutável. Se queremos sair da posição de operários obedientes precisamos abandonar a fábrica e construir uma alternativa a ela. Não é suficiente reclamar do patrão ao final da jornada.

**Pablo Ortellado** é professor doutor do curso de Gestão de Políticas Públicas e orientador no programa de pós-graduação em Estudos Culturais da USP. O texto pode ser encontrado no link <http://stoa.usp.br/politica/weblog/99841.html>

# (Re)credenciamento para onde?

*Leila Maria da Silva Blass*

Já respondi a alguns colegas e disse, pessoalmente, ao meu amigo Miguel Chaia que, apesar da perversidade do (des)credenciamento docente no PEPG em Ciências Sociais da PUC-SP a qual fomos todos nós submetidos - não surpreendidos - sentia muito orgulho de tê-lo ao meu lado e compartilhar esse momento.

Sinto que o "fantasma da inutilidade" ronda a minha porta, pois tive minha trajetória acadêmica "zerada", após a elaboração e defesa de Mestrado, Doutorado, Livre-Docência e Titulação em diferentes áreas de conhecimento nas Ciências Sociais e todas já publicadas em livro; de dois pós-doutorados: um realizado, em parceria, no Centro de Estudos Sociais (CES), em Coimbra e no Centro Nacional de Pesquisas Sociais (CNRS), em Paris, tendo, na ocasião, recebido apoio da Fapesp; e outro realizado no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa com apoio da Capes; sendo ainda pesquisadora principal em projeto de intercâmbio acadêmico apoiado pela Fapesp e Capes com a participação de docentes do IFCS da UFRJ e do ICS/UL, e, em outro, como coordenadora no Brasil em contrapartida com o ICS/UL, perfazendo dez anos de dedicação e divulgação do Programa de Estudos Pós graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, além de ser bolsista do CNPq por mais de dez anos e líder de Grupo de Pesquisa

- Núcleo de Estudos Trabalho, Trabalhadores e Trabalhadoras (NETTT) - certificado junto ao CNPq. Trocando em miúdos, a minha sensação é ter passado, depois de décadas, por mais um vestibular quando se vivencia um momento altamente competitivo e se deve obter um excelente desempenho. É tudo ou nada!

A metáfora esportiva não é por acaso. É, corriqueiramente, usada na gestão de pessoas nas empresas contemporâneas. Expressa ainda o "cuidar de si" que se pauta por regras de avaliação nas performances em nome da empregabilidade, como assinalam vários autores nos seus estudos sobre as mudanças contemporâneas nas formas de gestão da produção e da força de trabalho.

Sem querer apelar para a nostalgia ou para a autopromoção, atitudes que sempre me causaram constrangimentos, me chama atenção as ambiguidades dos critérios definidos para o (des)credenciamento docente junto ao PEPG em Ciências Sociais na PUC-SP. Decide-se como critério eliminatório um determinado "x" pontos correspondentes às publicações, de preferência em periódicos Qualis, entre 2010 e 2013, desconsiderando-se o fato das atividades acadêmicas compreenderem docência, pesquisa e extensão. Onde está o chamado bom senso e a transparência na tomada de decisões?

Ambas parecem ausentes não só dos responsáveis pela atual coordenação do PEPG em Ciências Sociais e pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação,

mas também da comissão de avaliadores que conhecem, ou mesmo desconhecem as regras de autonomia e a diversidade dos programas de Pós-Graduação na PUC-SP.

Nesse sentido, é surpreendente constatar o desaparecimento como que por encanto, e, a suspensão da busca incessante pelo diálogo interdisciplinar, ao se reafirmar a dicotomia e separação das áreas de conhecimento. Insisto em negar a ideia de "reserva de mercado ou de cada um(a) no seu pedaço". Não acredito nisso e meu percurso acadêmico é uma prova contundente de que não compactuo nem nunca consegui partilhar dessa visão.

Está em jogo uma questão epistemológica que se encontra além do "politicamente correto", predominante nas relações sociais no tempo presente. Ultrapassa a certeza de que o caminho é transferir para cada um(a) a responsabilidade por sua empregabilidade, como se esta dependesse, exclusivamente, do empenho individual. É um caminho profundamente competitivo que está sendo traçado

ao nível internacional e nacional onde pouco importa o que se faz e o prazer que decorre, por exemplo, da construção de conhecimentos. Ou seja, não é o outro que experiencia esse processo, somos nós mesmos(as) e na Universidade.

Apesar de não ter correspondido aos critérios seletivos que definiram quem pode ou não oferecer e/ ou assumir orientandos ingressantes em 2015, tenho dificuldades em admitir que seja um interdito, enquanto penalização. Sempre confessei que dar aulas na graduação me suscitava questões que instilavam reflexões, abrindo horizontes e permitindo-me aproximar de estudantes recém-chegados à Universidade com suas angústias, descobertas, esperanças e decepções.

Termino estas considerações, saudando meus colegas e minhas colegas do PEPG em Ciências Sociais da PUC-SP e desejando-lhes, daqui para frente, muita boa sorte!

*Leila Maria da Silva Blass é professora da Faculdade de Ciências Sociais*

**PUCViva** Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Editor:** Valdir Mengardo

**Reportagem:** Marcela Reis, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

**Fotografia:** Marina D'Aquino

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

**Conselho Editorial:** Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischtordt

**Apropuc:** Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

**PUCViva:** 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.



# MONSE

Este ano não tem sido fácil para a comunidade puquiiana. No último dia 8/11 perdemos mais uma funcionária muito querida: Montserrat Rocca Munne, a Monse, como era carinhosamente conhecida por seus colegas da pós-graduação, deixou-nos após quase 25 anos de convivência. Nascida em 1957, Montserrat, além de funcionária do setor de Pós, graduou-se em Letras pela Faculdade de Comunicação e Filosofia, hoje Faficla, chegando a lecionar durante algum tempo no ensino médio.

Muito querida por seus colegas e professores, a quem atendia sempre com a maior presteza, Montserrat será sempre lembrada com carinho, como relatam as palavras da professora Vera Placo, do Programa de Pós em Psicologia da Educação: "Montserrat - Monse - nos oferecia sempre um sorriso tímido e tranquilo e nos atendia com atenção e muita eficiência. Era nossa salvação nas dúvidas geradas pelo relatório CAPES, nos

ensinando com paciência. Sentiremos sua falta e a lembraremos com carinho".

## Juíza apresenta parecer favorável a trabalhadores da PUC-SP na questão do abono do PLR

A juíza do Trabalho Paula Lorente Ceolin deu parecer favorável ao pagamento do abono da chamada Participação nos Lucros e Resultados aos trabalhadores da PUC-SP. O pagamento do abono foi feito em juízo pela Fundação São Paulo que entendeu que só após consultas à Justiça do Trabalho e ao Ministério da Fazenda poderia efetuar o pagamento a professores e funcionários. Os secretários-executivos entendem que a Fundasp é uma instituição sem fins lucrativos e poderia perder a sua filantropia caso admitisse

a ocorrência de lucros, que seriam distribuídos aos seus trabalhadores.

A juíza não entendeu assim e, em seu parecer, esclarece que: "o alegado risco de perda da imunidade tributária não pode servir como justificativa para a falta de cumprimento à obrigação, nem mesmo para a consignação de valores em Juízo. É questão que, se necessário, deverá ser discutida em outro feito e em esfera própria do Poder Judiciário. Assim, diante da ausência de irregularidades formais quanto à representatividade dos sindicatos subscritores

da Convenção Coletiva de Trabalho, de cuja cláusula se pede a declaração de inexigibilidade, bem como de elementos de convicção que permitam pronunciar de plano a invalidade do documento impugnado, impõe-se o indeferimento do pedido de antecipação de tutela".

A sentença ainda não é conclusiva, devendo ainda ser juntadas novas provas por parte dos envolvidos para que finalmente chegue-se ao julgamento final.

A Participação nos Lucros e Resultados está sendo paga pela primeira vez para os funcionários do ensino superior. Pelo

acordo assinado entre os sindicatos de professores e funcionários e as mantenedoras, quando uma entidade provar que não teve lucro naquele ano terá de pagar um abono no valor de 24% a cada trabalhador, até o dia 15 de outubro de cada ano. Em seu site o Sindicato dos Professores do estado de São Paulo, Sinpro-SP, esclareceu as dúvidas sobre o pagamento do abono e, no tocante às escolas denominadas confessionais, afirmou que o caráter não lucrativo não poderia eximilas do pagamento.

## GAUCHE NA VIDA

# A esquerda e as eleições . E agora? (II)

***Nesta semana damos continuidade ao debate sobre as perspectivas políticas da esquerda após as eleições presidenciais, apresentando mais quatro correntes políticas e suas contribuições para o atual momento do país.***

## PCB

Mauro Iasi, candidato a presidente pelo PCB levanta algumas inquietações sobre o novo mandato do PT:

1. O segundo mandato de Dilma reverterá a prioridade do agronegócio e avançará na linha de uma reforma agrária popular?
2. Romperá com a política de superávits primários, de responsabilidade fiscal e de reforma do Estado?
3. Demarcará as terras indígenas?
4. Romperá com a dependência em relação à bancada evangélica avançando nas questões relativas ao aborto, ao combate à homofobia e a política retrograda de combate às drogas?
5. Alterará o rumo da política de segurança fincada no tripé: endurecimento penal, repressão e encarceramento?
6. Vai administrar a crise do capital revertendo a tendência à precarização das condições de trabalho e ataque aos direitos dos trabalhadores?
7. Vai mudar a lógica de criminalização dos movimentos sociais na linha da Portaria Normativa do Ministério da Defesa?
8. Vai alterar a linha geral do Plano Nacional de Educação que institucionaliza a transferência do recurso público para educação privada?
9. Vai fazer uma reforma política nos termos indicados pelo plebiscito que reuniu sete milhões de assinaturas, ou aplicará o acordo com o PMDB?

Nós que podemos interferir pouco no resultado eleitoral só podemos alertar que quem votou em Dilma não estará apenas evitan-

do a vitória de uma opção mais conservadora - objetivo louvável - mas, também, referendando os atos que vierem a ser aplicados. O próximo governo Dilma não responderá positivamente, na perspectiva da classe trabalhadora, a nenhuma destas nove questões. Por isso o PCB não pode empregar seu apoio, mais uma vez, nem que seja crítico, pois os governos petistas já responderam a estas questões com doze anos de governo.

## Esquerda Marxista

Sem esperar mais, já, imediatamente, é preciso retomar a iniciativa política governando para as massas e atendendo às suas reivindicações mais sentidas:

- Enviar ao Congresso Nacional um Orçamento para 2015 que rompa com o pagamento das Dívidas interna e externa que alimentam vampiros especuladores e coloque todo o dinheiro para Transporte, Saúde e Educação, públicos;
- Demitir os ministros capitalistas, romper com os partidos do capital. Constituir um governo apoiado nas organizações populares, na CUT, no MST, entre outras;
- Revogar o Fator Previdenciário e as Reformas da Previdência;
- Fim imediato do financiamento público a toda a imprensa burguesa (jornais e revistas) feitos através dos anúncios de publicidade estatais;
- Estatizar a Rede Globo, que é concessão pública e abri-la para os movimentos sociais. Estatizar todas as redes, TVs e rádios religiosas, de qualquer confissão;
- Fim das privatizações dos portos, aeroportos e rodovias. Cancelamento dos leilões de petróleo e do Campo de Libra;
- Estabelecer o controle dos trabalhadores sobre a gestão de todas as estatais e serviços públicos, com representantes eleitos pelos próprios trabalhadores, com direito de veto e ampla publicidade;

- Cessar imediatamente qualquer perseguição policial, judicial, repressão e criminalização dos movimentos sociais. Colocar o governo a apoiar política e materialmente a luta contra as perseguições aos movimentos sociais.

## PSOL

### Tendência: Insurgência

O ano de 2015 será de crise no Brasil: a dramática crise da água no Sudeste, a crise do modelo de produção de energia, a estagnação e ameaça de recessão, um cenário externo desfavorável para o modelão exportador. As escolhas do governo já estão sendo feitas e não há tempo a perder, pois se serve para alguma coisa o calor da radicalização da reta final das eleições será para colocar nas ruas e em movimento uma pauta com os anseios de todos aqueles que querem muito mais direitos e mudanças.

A água não pode ser mercadoria e nem pode recair sobre as costas do povo reajustes de tarifas públicas como de energia elétrica. Nenhum reajuste de tarifas é uma primeira reivindicação a ser levantada nesta conjuntura.

O Brasil precisa, sim, de uma reforma política, mas que vá na direção dos anseios de Junho, na direção da democracia direta, da ampla participação popular.

Também é necessário recolocar com ênfase o debate da democratização dos meios de comunicação no centro de uma agenda que tenha como objetivo acabar com os monopólios manipulares da mídia corporativa.

É preciso colocar em outro patamar as pautas de opressões, direitos das mulheres, dos LGBTs têm que ganhar as ruas, a luta pelo casamento civil igualitário, a luta pela legalização do aborto.

No terreno econômico, em ano de crise e ajuste, precisamos pautar nas ruas a tributação dos ricos, das fortunas, dos lucros, exatamente o oposto que normalmente os governos petistas fazem,

que é desonerar os capitalistas.

Não se pode levar a sério qualquer fraseologia de mudanças vinda do governo sem tocar minimamente nestes temas. É por estas razões que estaremos onde sempre estivemos: na oposição de esquerda aos governos da direita tradicional nos estados e aos governos que falam em mudar nos dias de festa e nada mudam.

## O Trabalho

A vitória eleitoral, arrancada com muito esforço e garra, não deve encobrir que a situação não é fácil. Num mundo afundado na crise do capitalismo, em que o desemprego atinge mais de 200 milhões e a previsão da OIT é que aumente, no Brasil nada está decidido. Sim, pois apesar das conquistas obtidas com luta nos governos Lula e Dilma, a indústria demitiu 240 mil operários até setembro, a desigualdade social ainda é enorme e os bilhões dados aos especuladores pelo superávit primário faltam nos serviços públicos.

A Corrente O Trabalho jogou todas as suas forças na batalha eleitoral, fazendo a campanha como o PT fazia nas suas origens.

De nossa parte, não demos qualquer voto aos "aliados" (na verdade sabotadores) de siglas como a que abriga Sartori no Rio Grande do Sul ou Pezão no Rio.

Junto com os petistas, vencemos. Mas a luta foi dura e deixa lições sobre as quais devemos refletir para que o nosso partido esteja à altura dos novos desafios, pois os derrotados nas urnas não cessarão as pressões.

Para discutir o balanço eleitoral e os próximos passos, junto com outros companheiros, estamos engajados no Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista (29 e 30/11, em Brasília). Sua preparação passa por reuniões locais já nos próximos dias, para as quais convidamos todos e todas que querem agir como agia o PT.

# Comitê paulista contra a repressão realiza debate e repudia ações do estado

**Ato em São Paulo reúne movimentos contra a direita**

O Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão de São Paulo realizou o debate "A repressão diante dos novos governos", onde discutiram as últimas atitudes repressivas dos governos federal, estaduais e municipais pelo Brasil, aprovando repúdio a cada uma delas. Entre elas, estão a prisão de Rafael Braga (pelo porte de desinfetante) no RJ e dos dois jovens acusados pela morte do cinegrafista Santiago numa manifestação (Caio Silva e Fábio Raposo), a demissão de 186 grevistas do IBGE, onde o governo sequer tentou negociar com os lutadores para receber suas reivindicações, os acordos do Estado brasileiro com Israel, onde se negocia parte dos arsenais de guerra utilizados pelo governo do Estado de São Paulo e os equipamentos de espionagem que são utilizados contra o movimento de luta, a juventude assassinada nas periferias com o aval do Estado, que busca fortalecer cada vez mais o apa-

rato repressivo, os estudantes da UNIFESP de Guarulhos que foram condenados a pagar multa de um salário mínimo ou 15 dias de detenção por terem lutado pelas condições mínimas de estudos, os inúmeros processos sofridos pela diretoria do SINTUSP, que chegaram até a demissão de um dos diretores sindicais (Brandão), por lutarem em defesa dos trabalhadores, os estudantes processados pela ocupação da Moradia Retomada na USP, que buscava retomar o espaço perdido da moradia estudantil da USP, e os que ocuparam a reitoria em 2011, na luta contra a presença da PM no campus, e os despejos criminosos realizados contra os sem teto no centro de São Paulo com o uso da tropa de choque. A APROPUC esteve representada no ato e apoia as decisões tomadas.

## **VIOLÊNCIA POLICIAL**

Na terça-feira, 11/11, foi divulgado o Anuário

Brasileiro de Segurança Pública, que foi realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostrando números absurdos relacionados a essa questão. Em 2013, mais de 53 mil assassinatos foram cometidos no país: ou seja, a cada dez minutos uma pessoa. Mais de onze mil pessoas foram mortas pelas polícias nesse ano; ao menos seis pessoas morreram todos os dias.

Já a população carcerária, atingiu 547 mil pessoas e cerca de 40% ainda não foram a julgamento. Há 220 vagas faltando nos presídios, o déficit aumentou quase 10% em um ano. Grande parte dos presos está encarcerado por drogas (26%) e por crimes patrimoniais (49%).

Foram registrados em torno de 50 mil estupros no país no último ano. Se acredita que somente 35% das vítimas denunciam os abusos cometidos à polícia, então, é estimado que podem ter acontecido mais de 140 mil estupros.

Diversos movimentos sociais convocaram um ato unitário pelas Marcha Popular pelas Reformas - contra a direita, por mais direitos -, com concentração na última quinta-feira, 13/11, às 17h, no Masp. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) foi um dos organizadores da mobilização, pretendendo cobrar do governo federal aplicação de medidas de interesse popular tanto em âmbito estadual como federal.

No ato, também foi pautado a punição dos torturadores da ditadura militar, as reformas urbana e agrária, a democratização dos meios de comunicação, a mudança do sistema político nacional, o imposto sobre grandes fortunas, entre outros.

A esquerda foi às ruas reivindicando uma tomada clara de posição do governo federal, comandado por um partido que nasceu com a proposta de defesa dos trabalhadores. O crescimento dos juros, o aumento linear da gasolina e a possível indicação de um banqueiro ao cargo de ministro da fazenda foram sinais para esses movimentos sociais irem em busca de um governo que se assuma de esquerda.

## **CRESS realiza desagravo público**

Na terça-feira, 11/11, às 18h, o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) fez um desagravo público, no Ministério Público do Estado de São Paulo, contra as precárias condições de trabalho dos assistentes sociais e psicólogos. Estavam presentes o Conselho Regional de Psicologia (CRP), o Sindicato

dos Psicólogos (Sinpsi), o Sindicato dos Servidores do Ministério Público de São Paulo (Sindsemp), a Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AASPTJ) e a Associação Nacional de Assistentes Sociais e Psicólogos da área sociojurídica (AASP Brasil).

## **Visita à Escola Florestan Fernandes**

A Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes está organizando uma visita à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), no sábado, 29/11. O projeto ainda está em construção, logo, participar da excursão é uma maneira de ajudar a compor a proposta. O custo da visita é de R\$ 10,00, que será repassado para a

ENFF, para arcar com gastos de café da manhã e almoço.

Aqueles que desejam ir, devem confirmar sua presença até 25 de novembro, enviando nome completo, RG, email e telefone para o endereço eletrônico [visitaenff@amigosenff.org.br](mailto:visitaenff@amigosenff.org.br). A atividade começa às 8h30 e termina às 16h.

# ROLA NA RAMPA

## Living Drama mostra trabalhos do curso de Inglês

A Living Drama Company, do programa de Letras-Inglês, apresenta os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos do 1º ano da disciplina Oficina de Jogos do curso de Letras: Inglês. A proposta didática, gerada a partir do Projeto Living Drama idealizado pela Profª Dra. Vera Cabrera Duarte, contempla

a dramatização de sketches de autoria dos próprios alunos. A edição de 2014 contará com cinco apresentações: Ms. Gray, The New Wicked, Pretty Little Liars, A Christmas Carol Through Different Lens, Alice in Wonderland. A apresentação ocorre no dia 18/11, às 9h, no anfiteatro superior do TUCA.

## APROPUC abre edital para contratação de funcionário

A APROPUC lançou em seu site, [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br), um edital de contratação para uma vaga de assistente administrativo. É necessário que o candidato tenha experiência mínima de três anos na função, preferencialmente em entidades sindicais ou associativas, além de nível superior completo e disponibilidade para horas extras ocasionais. A descrição da função está disponível no site da entidade, com horário de trabalho de segunda à

sexta-feira, entre 9h e 18h, na sede da APROPUC, localizada na Rua Bartira, 407. Para se candidatar basta entregar o currículo impresso na sede da entidade entre os dias 24 e 28/11 entre 9h e 18h. A seleção será por meio de fases eliminatórias, com análise do currículo, redação em língua portuguesa e entrevista. Os candidatos selecionados na primeira fase serão informados por telefone da data da segunda fase.

## Pedro Simões

É com pesar que a comunidade puquiana lamenta o falecimento de Pedro Simões, estudante do 3º ano do curso de Direito da PUC-SP, ocorrido no domingo, dia 9/11. O corpo do estudante foi velado e enterrado em sua cidade natal, Fortaleza - CE.



## Abertas as inscrições para o Campeonato Paulo Freire

Até o dia 25/11 estão abertas as inscrições para o Festival Paulo Freire de Futsal 2014. O campeonato é aberto a alunos, ex-alunos, professores, funcionários e terceirizados, e as vagas são limitadas. A realização do

evento é da Pró-Reitoria de Cultura e Relações Comunitárias e Setor de Atendimento Comunitário (PAC). Para informações, ligue para 3670-8544 ou envie email para [recepac@pucsp.br](mailto:recepac@pucsp.br).

## NEAM realiza palestra sobre racismo e eugenia

O Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista, Neam, realiza no dia 19/11 o debate "Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro". A palestra acontece às 19h, no auditório 100 do Prédio Novo. O evento conta com a presença de Weber Lopes, bacharelado e licenciado em História e Especialista em Ci-

ências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA) e mestrando no departamento de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Unesp de Marília. O debate será coordenado pela profª Beatriz Abramides, e serão fornecidos certificados aos participantes. Não é necessário fazer inscrição.

## Nu-Sol realiza mais uma apresentação

O Núcleo de Sociabilidade Libertária, Nu-Sol, apresenta no dia 17/11 "Os insurgentes", com Robson Achiamé, no Museu da Cultura, no

subsolo do Prédio Velho da PUC-SP. Para mais informações, acesse o site [www.nu-sol.org](http://www.nu-sol.org). Não é necessário se inscrever.

## Centros Acadêmicos realizam eleições para novas diretorias

Durante as últimas semanas, o Centro Acadêmico 22 de Agosto, do curso de Direito, realizou seu processo eleitoral para a gestão 2015. Ao final do segundo turno, a chapa Uma Nova Atitude foi eleita, vencendo o grupo VOX, e assumirá a entidade no próximo ano. En-

tre os dias 18 e 26/11, o Centro Acadêmico Benedito Paixão, do curso de Jornalismo, realiza seu pleito. As chapas devem se inscrever até o dia 17/11. Para mais informações sobre o pleito acesse a página <https://www.facebook.com/cabenevidespaixao>.

## Escritório Modelo promove seminário

No dia 26/11, a partir das 9h, o Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns promove o Seminário Nacional dos Organismos Universitários de Direitos Humanos. O objetivo do evento é a formação de uma rede de organismos universitários de prática de direitos humanos baseada nos princípios da cooperação e solidariedade. Além de promover o debate, dentro do meio acadêmico, de práticas que com-

batam as violações dos direitos humanos, o seminário irá apresentar o resultado da pesquisa feita para o projeto "Fortalecimento de Organismos Universitários de Prática e Advocacia em Direitos Humanos no Brasil". As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site [www.organismosuniversitariosdedireitoshumanos.wordpress.com](http://www.organismosuniversitariosdedireitoshumanos.wordpress.com) e o seminário ocorre no auditório 117-A do Prédio Novo.